

economia & história



Ideias Econômicas na Liga das Nações

RÔMULO MANZATTO (*)

Houve diversidade de ideias econômicas e criação de perspectivas alternativas na Liga das Nações. É o que afirma Carolyn Biloft em interessante estudo que compõe a coletânea *Handbook of Alternative Theories of Economic Development*.¹

A afirmação de Biloft está longe de ser trivial. Como lembra a autora, a Liga das Nações foi criada para propagar os princípios da economia clássica e do liberalismo econômico, no que, à primeira vista, parecia constituir um ambiente particularmente hostil à discussão de perspectivas econômicas diversas.

Biloft reconhece que a Liga das Nações, em sua atuação econômica, foi criada a partir de ideias hoje associadas à ortodoxia. O que significa que a atuação da organização

tinha como fundamento a promoção do livre comércio baseado em vantagens comparativas e na não-intervenção nos mercados. No entanto, a autora acredita que, ao reunir um grupo diverso de nações, grupos de interesse e profissionais, a Liga das Nações se converteu em um espaço internacional de elaboração de novas perspectivas econômicas, algumas delas com propostas que fugiam do escopo da economia clássica e neoclássica.²

Nesse processo, Biloft afirma que os princípios econômicos fundadores da Liga das Nações foram lentamente reavaliados, dando lugar a uma visão um pouco mais abrangente da realidade econômica mundial da primeira metade do século XX.

Em termos mais amplos, Biloft acredita que o estudo das disputas no âmbito das Organizações Internacionais constitui uma espécie de laboratório histórico para compreender os interesses e as ideias em disputa naquela época.

Nessa orientação, Biloft vê como característica dos primeiros anos de atuação da Liga das Nações uma complicada dinâmica que combinava a promoção dos valores do liberalismo clássico no cenário internacional com o problemático legado político e econômico herdado dos anos anteriores, o que inclui as trágicas consequências da Primeira Guerra Mundial.

Biloft lembra que a criação da Liga das Nações atende aos anseios de uma longa tradição de pensamen-

to que passa por Immanuel Kant, Frederic Bastiat, Norman Angell e Woodrow Wilson. Essa tradição defendia que o avanço das liberdades políticas e do livre comércio constituíam antídotos suficientes para a disputa entre Estados e para a consolidação de uma cultura de paz internacional.

Carolyn Biltoft, contudo, não deixa de apontar os pontos cegos desse discurso. Mesmo reconhecendo que os *14 Pontos de Wilson* sintetizavam uma narrativa de reconstrução mínima da ordem internacional após a Primeira Guerra, lembra que as liberdades políticas e econômicas nunca foram difundidas além de grupos muito restritos. De fato, continua ela, o que prevaleceu nos anos que antecederam a Primeira Guerra foi a ação violenta do Estado e de grupos econômicos contra grupos marginalizados, no âmbito doméstico, e contra populações colonizadas, no plano externo.

Não era incomum, portanto, que a retórica do liberalismo político e econômico europeu de então por vezes tentasse conciliar a defesa da expansão das liberdades individuais com justificativas para a prática do colonialismo, ou mesmo da exploração de sistemas de trabalho escravo em outras partes do mundo. Nesse caso, verdadeiras práticas de criação de riqueza e poder pelas potências da época, nos termos da autora.

Contradições da mesma ordem permeavam a retórica liberal na época da criação da Liga das Nações. Como aponta Biltoft, ao mesmo tempo que as discussões oficiais para a criação da Liga enfatizavam a necessidade de manutenção da paz e a garantia aos direitos e liberdades políticas e econômicas dos países, o Tratado de Versalhes impunha pesadas punições aos países derrotados na Primeira Guerra e apoiava a continuidade das práticas imperialistas das potências vencedoras.

Nesse contexto marcado por um ambiente internacional polarizado e bastante assimétrico, a Liga das Nações foi estabelecida de maneira também desigual e assimétrica. Biltoft conta que as discordâncias internas na Liga podiam surgir como resistências específicas ao cumprimento de determinações burocráticas, ou mesmo como objeções enfáticas colocadas pelos delegados de cada país no debate público.

Esses múltiplos questionamentos eram respondidos pela estrutura burocrática da Liga das Nações, ora reafirmando as linhas clássicas e a orientação liberal de suas políticas, ora abrindo-se a sugestões de políticas experimentais que pudessem solucionar os problemas levantados. Especialmente interessante, considera Biltoft, foi a maneira como a Liga tentou lidar com a questão das matérias-primas no comércio internacional da época.

As controvérsias econômicas logo se tornaram um dos principais focos de atividade da Liga das Nações. Já em 1920, Biltoft mostra como já ganhava corpo a discussão sobre a liberdade de acesso às fontes de matérias-primas essenciais para a industrialização. Países com menor acesso aos recursos, como a Itália, acusavam as maiores potências da época, como Inglaterra e França, de restringir o acesso às matérias-primas por meio de políticas imperialistas e colonialistas nas áreas produtoras desses bens primários – o que rapidamente levou ao questionamento das chamadas “preferências imperiais” na compra desses produtos.

A escalada das discussões levou a Liga a formar um comitê encarregado de examinar a questão e propor soluções. Embora o núcleo da questão fosse econômico, Biltoft aponta que o contexto político galvanizava as acusações, elevando a temperatura dos debates na Liga das Nações. Para a autora, Itália, Alemanha e Japão se ressentiam por dominarem um número restrito de territórios coloniais, quando comparados a Inglaterra e França. Essa tensão essencialmente política transbordava para o debate da questão econômica.

A estrutura da Liga respondeu à pressão dos países-membros com a criação de um Comitê Financeiro e Econômico Permanente. Nos anos seguintes, o Comitê se debruçou sobre os temas econômicos mais

importantes discutidos na Liga, reunindo dados e organizando conferências internacionais. Como registra Bilotft, passaram pelo Comitê Financeiro e Econômico Permanente economistas notáveis como Gustav Cassel, Bertil Ohlin, Gottfried Haberler, Ragnar Nurkse e James Meade.

Para Bilotft, as respostas da Liga das Nações à questão das matérias-primas mostram a rápida mudança no contexto internacional ao longo da década de 1920. Assim, em estudo elaborado pela Liga no ano de 1920, a conclusão era que os mercados internacionais naturalmente se ajustariam para resolver a questão, desde que não houvesse intervenções estatais. Já em conferência econômica realizada em 1927, as resoluções do encontro reforçam as conclusões anteriores, como novo apelo internacional pela redução das medidas protecionistas.

A mudança de tom é clara nos anos seguintes. Bilotft mostra como em 1929 a fé na autorregulação dos mercados internacionais parece abalada pelas consequências da Crise de 1929. Não demora para que os economistas da Liga passem a levar em consideração as recomendações de Keynes sobre a necessidade de intervenções estratégicas no Estado nas políticas fiscal e monetária, como afirma a autora.

A questão não deixava de ser politicamente delicada, uma vez que, como nota Bilotft, o nacionalismo econômico mais exaltado propunha estratégias de autossuficiência econômica que normalmente vinham acompanhadas de intenções e planos de extensão territorial – cenário a ser evitado por uma Organização Internacional criada para manter a paz.

Nos anos seguintes, a Liga das Nações continuaria a defender a cooperação multilateral no âmbito político. Seus economistas mobilizariam a teoria econômica então disponível com esse propósito. Também interessante foi o produto intelectual criado por esse esforço de pesquisa, que Bilotft classifica como um legado híbrido de ideias econômicas ortodoxas e heterodoxas.

Ainda mais interessante, nota Bilotft, é o fato de que a revisão da teoria econômica da época, no âmbito da Liga das Nações, foi fundamental para o surgimento de contribuições significativas de três importantes autores: Bertil Ohlin, Mikhail Manoilescu e Ragnar Nurkse.

Tema a ser abordado na próxima edição deste boletim.

Referência

BILTOFT, Carolyn. The league of nations and alternative economic perspectives. In: REINERT, Eric S.; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer. **Handbook of alternative theories of economic development**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016.

1 Bilotft (2016).

2 A Liga das Nações foi criada em 1919, com a assinatura dos acordos de paz ao fim da Primeira Guerra. Seus princípios fundadores foram expostos nos *14 pontos para a paz*, como expresso pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson.

(*) Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP/FFLCH-USP). (E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).